

DIREITO DE RESPOSTA

Ex.mos. Senhores do jornal *Téla Nón*

Face à vossa notícia com o título “Mulher de Ministro sentiu-se mal e a Universidade investigou Noemy” (publicada em 15 de Junho de 2017), cumpre-nos esclarecer o seguinte:

1. Começamos por estranhar o facto de a notícia afirmar que “o *Téla Nón* apurou de fonte da Universidade que a aluna em causa é mulher do Ministro das Finanças e da Economia Azul, Américo Ramos”. Queremos esclarecer que o *Téla Nón* não falou com nenhum responsável da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe (ULSTP), embora, obviamente, não possa afirmar que não tenha falado com pessoas ligadas, de uma forma ou de outra, à ULSTP;
2. A ULSTP abriu um inquérito interno não porque, eventualmente, uma mulher de ministro se tenha sentido mal, mas sim porque recebeu uma queixa escrita de uma aluna relatando factos que, na nossa percepção, deviam ser esclarecidos;
3. Efectivamente, como afirmou a docente Noemy Medina na sua entrevista, a ULSTP, através da sua equipa de inquérito, ouviu todas as partes intervenientes transcrevendo na íntegra todos os relatos efectuados;
4. Uma vez terminado o inquérito, ao reconhecer ter-se excedido nas suas funções durante a aula, a docente Noemy Medida pediu desculpas a toda a turma e em particular à aluna visada;
5. Finalmente, gostaríamos de publicamente reconhecer uma omissão decorrente deste processo: porque somos uma instituição com a responsabilidade de formar jovens, queremos, perante o vosso jornal, fazer *mea culpa* por não termos aberto igualmente um inquérito para certificar do/a aluno/aluna que eventualmente tenha gravado, sem a devida autorização da docente, uma aula da referida pois, como é sabido, tal atitude é passível de um processo crime ao eventual prevaricador numa sociedade que não se pauta pela delação, mas sim pela responsabilização dos actos.

Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, 16 de Junho de 2017